REUNI ATENAS
Revista de Extensão
Faculdade Atenas
Especial Valença - Ba
Ano 4 volume 2 (2026)
ISSN 3085-5780



Saúde Ambiental e Saneamento Básico em Valença-BA: análise dos impactos ambientais e sanitários sobre a saúde pública

Autores:

CLARA ÉMILLY DAS MERCÊS SANTOS - clara.santos.valenca@uniatenas.edu.br
FELIPE DE MOURA SOUSA - felipe.sousa.valenca@uniatenas.edu.br
MARIA LUÍSA SOUSA PEIXOTO- maria.peixoto.valenca@uniatenas.edu.br
TÍCIA AMARAL CARDOSO- ticia.cardoso.valenca@uniatenas.edu.br

Resumo

A saúde ambiental compreende fatores do meio ambiente que influenciam diretamente a saúde humana e a qualidade de vida, desempenhando papel essencial na prevenção de doenças e na promoção da saúde pública. Este estudo analisou os principais problemas ambientais do município de Valença-BA e seus impactos sobre a população. Utilizou-se abordagem quali-quantitativa, baseada em visitas de campo, observação direta, relatos de moradores e análise de dados sobre saneamento básico, resíduos sólidos e infraestrutura urbana. Os resultados evidenciaram importantes deficiências ambientais e sanitárias, incluindo ausência de acesso à água potável para 14% da população, deficiência no esgotamento sanitário para 27%, falta de coleta regular de resíduos sólidos para 19,63% e exposição de 48,8% dos domicílios a riscos de inundação. Também foram identificadas ausência de tratamento de esgoto, insuficiência da drenagem pluvial, inexistência de coleta seletiva e descarte inadequado de resíduos em lixão no distrito de Orobó. Essas condições favorecem a contaminação ambiental e a disseminação de doenças infecciosas e parasitárias, além de evidenciarem fragilidades na gestão ambiental e na implementação de políticas públicas integradas. Conclui-se que os problemas ambientais presentes em Valença-BA representam relevantes fatores de risco para a saúde pública, tornando necessária a ampliação dos investimentos em saneamento básico, gestão de resíduos sólidos, drenagem urbana e educação ambiental.

Palavras chave: Saúde ambiental; saneamento básico; resíduos sólidos; saúde pública; vigilância em saúde ambiental.

Abstract

Environmental health comprises environmental factors that directly influence human health and quality of life, playing an essential role in disease prevention and the promotion of public health. This study analyzed the main environmental problems in the municipality of Valença, Bahia, and their impacts on the population. A qualitative and quantitative approach was employed, based on field visits, direct observation, residents' reports, and analysis of data related to basic sanitation, solid waste management, and urban infrastructure. The results revealed significant environmental and sanitary deficiencies, including lack of access to potable water for 14% of the population, inadequate sewage services for 27%, absence of regular solid waste collection for 19.63%, and exposure of 48.8% of households to flood risks. The study also identified the absence of sewage treatment, insufficient urban drainage, lack of selective waste collection, and inadequate waste disposal in an open dump located in the district of Orobó.

Ano 4 volume 2 (2026)
ISSN 3085-5780

These conditions favor environmental contamination and the spread of infectious and parasitic diseases, while also highlighting weaknesses in environmental management and the implementation of integrated public policies. It is concluded that the environmental problems identified in Valença, Bahia, constitute significant risk factors for public health, reinforcing the need to expand investments in basic sanitation, solid waste management, urban drainage, and environmental education.

Keywords: Environmental health; basic sanitation; solid waste; public health; environmental health surveillance.

Introdução

A saúde ambiental compreende os fatores físicos, químicos, biológicos, sociais e psicológicos do meio ambiente que influenciam diretamente a saúde humana e a qualidade de vida. De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), esse campo engloba políticas e práticas voltadas à prevenção e ao controle de riscos ambientais capazes de comprometer a saúde das gerações presentes e futuras (OMS, 1993). Nesse contexto, a saúde ambiental configura um componente central da saúde pública, uma vez que fatores como qualidade do ar e da água, saneamento básico, drenagem urbana, manejo de resíduos sólidos e tratamento de esgoto influenciam diretamente a ocorrência e a disseminação de doenças.

A relevância dessa temática decorre do impacto das condições ambientais sobre os indicadores de saúde coletiva e sobre as condições de vida das populações. Segundo Rosen (1959), grande parte dos problemas de saúde historicamente enfrentados pelas sociedades está associada às condições de vida comunitária, especialmente no que se refere ao saneamento, ao controle de doenças transmissíveis, ao abastecimento de água potável e alimentos seguros e ao acesso aos serviços de saúde. Assim, investimentos em infraestrutura sanitária e gestão ambiental constituem estratégias essenciais para a prevenção de agravos e a promoção da qualidade de vida.

Dados da Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) reforçam a associação entre fatores ambientais e desfechos em saúde. Em 2015, aproximadamente 5,9 milhões de crianças menores de cinco anos morreram no mundo, sendo parcela significativa dessas mortes associada, direta ou indiretamente, a exposições ambientais. Entre as

Ano 4 volume 2 (2026)
ISSN 3085-5780

principais causas destacam-se pneumonia, diarreia, malária e complicações neonatais. Além disso, estimativas indicam que cerca de 26% das mortes e 25% da carga global de doenças nessa faixa etária poderiam ser evitadas mediante a redução de fatores de risco ambientais, incluindo poluição atmosférica, contaminação hídrica e ausência de saneamento básico adequado (PRÜSS-USTÜN et al., 2016).

No Brasil, a Fundação Nacional de Saúde (Funasa) e a Vigilância em Saúde Ambiental (VSA) exercem papel estratégico na formulação e implementação de ações voltadas à promoção da saúde ambiental (BRASIL, 2022). Conforme o Decreto nº 8.867/2016, compete à Funasa desenvolver medidas de prevenção e controle de fatores ambientais associados a doenças e outros agravos à saúde Paralelamente, a VSA realiza o monitoramento de alterações ambientais com potencial impacto sobre a saúde humana, organizando-se em diferentes eixos operacionais, como Vigiágua, Vigiar, Vigipeq, Vigidesastres e Vigifis (BRASIL, 2022). Apesar dos avanços institucionais, persistem limitações relacionadas à gestão ambiental em municípios de médio porte, especialmente quanto à disponibilidade de dados atualizados, à integração intersetorial de políticas públicas e à implementação efetiva de ações preventivas (HELLER, 1998). Nesse contexto, o presente estudo analisou os principais problemas ambientais do município de Valença-BA, com ênfase no bairro Novo Horizonte, visando identificar seus impactos sobre a saúde da população e propor estratégias de conscientização individual e coletiva voltadas à promoção da saúde ambiental e da qualidade de vida.

Metodologia

A pesquisa adotou abordagem quali-quantitativa, baseada em observação direta, visitas de campo e levantamento de dados secundários relacionados às condições de saúde ambiental do município de Valença-BA, com ênfase no bairro Novo Horizonte. As atividades de campo permitiram identificar problemas ambientais e sanitários por meio da observação sistemática de áreas caracterizadas por deficiência de infraestrutura urbana, manejo inadequado de resíduos sólidos, precariedade do saneamento básico e recorrência de alagamentos. Adicionalmente, coletaram-se relatos de moradores locais para compreender a percepção da população acerca dos impactos ambientais e de suas repercussões sobre a saúde coletiva.

Ano 4 volume 2 (2026)
ISSN 3085-5780

Paralelamente, realizou-se análise documental de dados quantitativos e qualitativos obtidos em órgãos públicos e plataformas institucionais, incluindo o Sistema Nacional de Informações em Saneamento Básico (SINISA), a Fundação Nacional de Saúde (Funasa), o Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Valença (SAAE), a Secretaria Municipal de Meio Ambiente e a Secretaria Municipal de Saúde. Essas informações subsidiaram a caracterização do cenário ambiental do município e a identificação dos principais fatores de risco associados à saúde pública local.

A integração entre dados observacionais, documentais e relatos comunitários possibilitou avaliar as principais demandas ambientais do município e propor estratégias de conscientização direcionadas à população e aos gestores públicos, com foco na promoção da saúde ambiental e na melhoria da qualidade de vida. Entretanto, o estudo apresenta limitações relacionadas à disponibilidade de dados oficiais atualizados, à ausência de indicadores ambientais padronizados em determinadas áreas analisadas e à dependência de informações observacionais e relatos subjetivos dos participantes, fatores que podem restringir a generalização dos resultados. Ainda assim, a utilização combinada de diferentes métodos de coleta de dados ampliou a compreensão das condições ambientais e sanitárias do município.

Resultados e Discussão

Os resultados evidenciaram importantes deficiências nas condições ambientais e sanitárias do município de Valença-BA, com base em dados obtidos no Sistema Nacional de Informações em Saneamento Básico (SINISA). Aproximadamente 14% da população não possui acesso à água potável, correspondendo a cerca de 13.703 habitantes. Adicionalmente, 27% da população carece de acesso ao sistema de esgotamento sanitário, o que representa aproximadamente 26.426 habitantes. Em relação ao manejo de resíduos sólidos, observou-se que 19,63% da população, equivalente a cerca de 19.216 habitantes, não é atendida pela coleta regular de lixo. Também foi identificado que 48,8% dos domicílios estão expostos a riscos de inundação, totalizando aproximadamente 8.661 residências (SINISA, 2024).

Os dados revelaram fragilidades significativas na infraestrutura urbana e na gestão ambiental do município. Cerca de 50% da população não dispõe de sistema adequado de

Ano 4 volume 2 (2026)
ISSN 3085-5780

drenagem pluvial, enquanto o município não realiza tratamento de esgoto. Constatou-se ainda a ausência de um Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, associada à deficiência na coleta regular de resíduos, à inexistência de coleta seletiva municipal e à ausência de cooperativas ou associações organizadas de catadores. Além disso, verificou-se inadequação no tratamento e na destinação final dos resíduos sólidos urbanos.

Essas condições configuram importantes fatores de risco para a saúde pública, uma vez que favorecem a contaminação ambiental, a proliferação de vetores e a disseminação de doenças associadas ao saneamento inadequado. Os achados indicam limitações estruturais e administrativas que comprometem a efetividade das políticas públicas de saneamento e saúde ambiental no município. Nesse contexto, destaca-se que o Marco Legal do Saneamento Básico, instituído em 2020, estabelece como meta a universalização do acesso aos serviços de saneamento, prevendo cobertura próxima de 100% da população. Embora índices entre 90% e 95% sejam considerados intermediários em termos de desenvolvimento urbano e cumprimento das metas governamentais, os indicadores observados em Valença-BA permanecem significativamente abaixo desses parâmetros.

Conclusão

Os resultados deste estudo demonstram que a deficiência do saneamento básico e da gestão de resíduos sólidos em Valença-BA, associada à ausência de políticas públicas integradas, à precariedade da coleta e do tratamento de esgoto, à destinação inadequada dos resíduos sólidos e à insuficiência de ações contínuas de educação ambiental, impacta diretamente a saúde pública, a qualidade de vida da população e o equilíbrio ambiental do município. As fragilidades identificadas favorecem a contaminação do solo e dos recursos hídricos, intensificam a proliferação de vetores e contribuem para a disseminação de doenças infecciosas e parasitárias relacionadas às condições inadequadas de saneamento e degradação ambiental.

Os achados evidenciam limitações estruturais, administrativas e operacionais que comprometem a efetividade das ações de vigilância em saúde ambiental e dificultam a universalização dos serviços básicos de saneamento. Nesse contexto, torna-se necessária

Ano 4 volume 2 (2026)
ISSN 3085-5780

a formulação e implementação de uma Política Municipal de Saneamento Básico alinhada às diretrizes estabelecidas pelo Marco Legal do Saneamento Básico (Lei nº 14.026/2020), contemplando planejamento estratégico, ampliação da infraestrutura sanitária, monitoramento contínuo de indicadores ambientais e integração intersetorial entre os órgãos responsáveis pela gestão ambiental e sanitária, incluindo a Prefeitura Municipal e o Serviço Autônomo de Água e Esgoto (SAAE). Os resultados também reforçam a necessidade de adoção de estratégias voltadas ao manejo ambientalmente adequado dos resíduos sólidos, incluindo a ampliação da coleta domiciliar, a implantação da coleta seletiva, o fortalecimento de cooperativas de catadores e a substituição do lixão a céu aberto por sistemas de disposição final ambientalmente adequados, como aterros sanitários licenciados. Paralelamente, a implementação contínua de ações de educação ambiental em escolas, comunidades e meios de comunicação constitui medida essencial para estimular práticas sustentáveis relacionadas ao descarte de resíduos e à preservação ambiental.

Do ponto de vista científico, o estudo contribui para a compreensão das relações entre infraestrutura sanitária, gestão ambiental e saúde coletiva em municípios de médio porte, evidenciando como deficiências estruturais e institucionais ampliam vulnerabilidades socioambientais e riscos à saúde. Contudo, a pesquisa apresenta limitações relacionadas à disponibilidade de dados oficiais atualizados, à ausência de indicadores ambientais padronizados em algumas áreas analisadas e à dependência de informações observacionais e relatos comunitários, fatores que podem restringir a generalização dos resultados. Como perspectiva futura, recomenda-se o desenvolvimento de estudos longitudinais e epidemiológicos capazes de avaliar, de forma mais abrangente, os impactos das condições ambientais sobre os indicadores de morbidade e qualidade de vida da população. Além disso, sugere-se a ampliação de pesquisas voltadas à efetividade de políticas públicas de saneamento, gestão de resíduos sólidos e educação ambiental em municípios de médio porte, contribuindo para o fortalecimento das estratégias de promoção da saúde ambiental e redução das desigualdades socioambientais.

Referências

HELLER, Léo. Relação entre saúde e saneamento na perspectiva do desenvolvimento. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 3, p. 73-84, 1998.

BRASIL. Fundação Nacional de Saúde. **Vigilância ambiental em saúde**. Brasília: FUNASA, 2002. 42 p.

PRÜSS-ÜSTÜN, Annette et al. **Preventing disease through healthy environments: a global assessment of the burden of disease from environmental risks**. World Health Organization, 2016.

BRASIL. Ministério das Cidades. **Sistema Nacional de Informações em Saneamento Básico (SINISA)**. Brasília: Ministério das Cidades, 2024. Disponível em: https://www.sinisa.gov.br. Acesso em: 13 maio 2026.

ROSEN, George. History of public health. **Science**, v. 129, n. 3344, p. 236-236, 1959.